



1853 - Pôster - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 13 - Educação de Jovens e Adultos

Governamentalidade neoliberal e o PROEJA
Rodrigo Dullius - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
Betina Schuler - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Buscamos examinar, com inspiração arqueogenealógica a partir dos estudos foucaultianos em educação, a emergência do aluno trabalhador nas políticas de educação profissional e da educação de jovens e adultos no Brasil a partir de um recorte específico, os alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) na atualidade. Assim, descrevemos as práticas discursivas que vem produzindo modos específicos de habitar esse lugar do aluno trabalhador, fortemente atravessados no contemporâneo por uma governamentalidade neoliberal.

Governamentalidade neoliberal e o PROEJA

Resumo

Buscamos examinar, com inspiração arqueogenealógica a partir dos estudos foucaultianos em educação, a emergência do aluno trabalhador nas políticas de educação profissional e da educação de jovens e adultos no Brasil a partir de um recorte específico, os alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) na atualidade. Assim, descrevemos as práticas discursivas que vem produzindo modos específicos de habitar esse lugar do aluno trabalhador, fortemente atravessados no contemporâneo por uma governamentalidade neoliberal.

Palavras-chave: aluno trabalhador; PROEJA; governamentalidade.

Para podermos entender como os processos de governamentalidade foram atravessando a educação e como alguns modos de subjetivação foram aí sendo implicados, é oportuna a compreensão de regularidades e deslocamentos históricos, a fim de tomarmos a constituição do aluno trabalhador do Brasil.

A partir disso, podemos dizer com Varela (1999, p. 78) que a escola moderna se constituiu com as denominadas “pedagogias disciplinares”, com ênfase no disciplinamento dos corpos; também atravessada pelas “pedagogias corretivas”, surgindo no final do século XIX e início do século XX; e, ainda, pelas “pedagogias psicológicas”. Adicionamos a esses três, na atualidade, a entrada do discurso administrativo-empresarial, que toma o aluno como um empresário de si mesmo. Entendemos que a governamentalidade atravessa as práticas disciplinares, as práticas biopolíticas e as práticas de si (FOUCAULT, 2008) e, aqui, a tomamos como um ferramental analítico para pensar a emergência do aluno trabalhador no Brasil quando pensamos em certa gestão da população aliada à gestão de cada um, de sua própria conduta. Pode-se citar a divisão por idades na escola como critério organizador das turmas; os efeitos da revolução industrial na nossa relação com o trabalho e a educação; a valoração do saber científico sobre outras formas de saberes.

Foucault (2009) define governamentalidade como um conjunto de aparatos que funcionam a partir de instrumentos de segurança e do saber da economia política, tendo como alvo a gestão da população. Para Rose (1998, p. 30), a governamentalidade tornou-se “terreno comum de todas as nossas formas modernas de racionalidade política [...]”, em que as ações e cálculos dos governos, quer queiram modificar alguma lei, ter um controle segregado da população em um determinado território, acabam por vincular a vida subjetiva e os sistemas de poder político.

A educação de adultos, desde a sua emergência no Brasil foi atravessada pelo discurso que opera com a necessidade de civilizar as camadas populares urbanas como perigosas e degeneradas. (STEPHANOU e BASTOS, 2005), tomando-as como que um risco em potencial. Ou seja, a educação constituindo-se como um forte dispositivo de segurança.

Pensando no funcionamento contemporâneo, podemos dizer que o empresariamento de si, cujo embasamento buscamos em Foucault (2008), vem atravessando fortemente as práticas pedagógicas nessa governamentalidade neoliberal. Este investimento em si mesmo opera uma concepção de pedagogia que visa, segundo Calixto e Aquino (2015, p. 436), a “acionar e a desenvolver as habilidades e as competências latentes no indivíduo, alterando sua forma de ser e de agir a fim de que fosse possível atingir outro patamar de existência”. É aí que se torna mais forte o discurso do empreendedorismo, em que a tônica é a aprendizagem permanente e a autoaprendizagem, o que invade fortemente as práticas pedagógicas voltadas para o aluno trabalhador no Brasil no presente.

Esse *homo economicus*, segundo Foucault (2008, p. 311), é a própria concepção do “empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda”. Assim, Costa (2009, p. 177) afirma que “a estreita interface dessa teoria do Capital Humano com a educação está, portanto, na importância que a primeira atribui à segunda”, uma vez que a educação pensada no sentido de um investimento faz com que a produtividade do indivíduo seja um resultado deste, podendo obter um crescente aumento de seus rendimentos ao longo da vida através de novos investimentos. O indivíduo toma-se como um capital, uma microempresa que precisa investir em si mesmo.

Assim, a partir da análise da legislação educacional brasileira e também a partir de grupos focais realizados com alunos de um curso técnico em Administração na modalidade PROEJA em um Instituto Federal no Rio Grande do Sul, conseguimos levantar algumas problematizações. Se a educação de jovens e adultos mais carentes esteve historicamente vinculada no Brasil ao assistencialismo e ao controle de possíveis riscos que esses indivíduos poderiam tornar-se, como pensar a educação de jovens e adultos como um dispositivo de segurança na gestão da população a partir dessa lógica biopolítica contemporânea que os toma como empresários de si?

A educação profissional no Brasil, segundo o MEC (BRASIL, 2009), nos moldes do ensino técnico industrial, iniciou em 1906 com a publicação do Decreto nº 787 no Estado do Rio de Janeiro, criando-se quatro escolas industriais. Em 1909, Nilo Peçanha publicou o Decreto 7.566 (BRASIL, 1909), fundando 19 escolas destinadas ao ensino profissional. O Decreto nº 4.127 (BRASIL, 1942) estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, constituída de escolas técnicas, escolas industriais, escolas artesanais e escolas de aprendizagem. Foi com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, nº. 5.692 (BRASIL, 1971), que se torna técnico-profissional todo o currículo do então segundo grau, mas de maneira compulsória.

A LDB 9.394 (BRASIL, 1996) considera a educação profissional como uma modalidade educacional, ocupando um capítulo específico dentro do título amplo que trata dos níveis e modalidades de educação e ensino, sendo considerada como um fator estratégico de competitividade e desenvolvimento humano.

O Decreto Federal nº 2.208 (BRASIL, 1997), ao regulamentar os artigos 39 a 42 (Capítulo III do Título V) e o § 2º - do artigo 36 da Lei Federal nº 9.394 (BRASIL, 1996), configurou três níveis de educação profissional: básico, técnico e tecnológico, com objetivos de formar profissionais, qualificar, especializar, aperfeiçoar e atualizar os trabalhadores em seus conhecimentos tecnológicos, objetivando sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho. Já o Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004), possibilita novamente a integração entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio.

Este estudo contempla o aluno trabalhador no Brasil no contexto do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Este Programa objetiva a integração da educação profissional à educação básica, na modalidade de ensino de jovens e adultos, conforme instituiu o Decreto n. 5.840 (BRASIL, 2006), que tem em vista oferecer oportunidades educacionais àqueles que precisam finalizar a última etapa da educação básica, além de oferecer uma educação profissional.

Desse modo, pode-se pensar a escola como uma instituição de governo que opera com vários dispositivos de segurança. Com o decorrer dos anos, foi se percebendo na legislação analisada (sendo que aqui apenas algumas foram citadas) um deslocamento dos processos de exclusão como forma de controle para processos de inclusão, trazendo os alunos para perto, para melhor conhecer e governar.

Ao seguirmos com a análise das legislações, percebe-se, igualmente, outro deslocamento das iniciativas educacionais de um caráter mais assistencialista e utilitarista para uma perspectiva mais pedagógica. Todavia, esses "ares" assistencialistas ainda produzem efeitos em se tratando da educação de adultos no Brasil.

Assim, fica evidenciado em diversas legislações o quanto esse adulto, trabalhador que busca estudar é marcado por uma dimensão de falta: falta etária, porque estaria estudando na idade errada; falta intelectual, pois suas aptidões estariam restritas a algumas atividades e seus saberes são tomados como saberes menores em relação ao saber escolarizado; falta moral, pois é tomado como um risco em potencial, que desde o século XIX vem sendo civilizado, higienizado, moralizado e, contemporaneamente, tornado empresário de si. Como esses discursos atravessam os alunos trabalhadores do PROEJA no presente é o que aqui nos interessa problematizar.

Um perceptível deslocamento tem ocorrido na contemporaneidade, que é o discurso do 'sujeito empreendedor' que vai emergindo, como o sujeito que compõe sua própria história "por meio de determinadas práticas pedagógicas sobre si mesmo". (CALIXTO e AQUINO, 2015, p. 442). O empresariamento de si fala de uma relação que aprendemos a ter conosco mesmo e que parece invadir nossas práticas educacionais e nossas relações com o trabalho no presente. Não se trata mais de uma relação meramente disciplinar, pois vivemos outras forças.

A partir disso, entendemos que essa pesquisa poderia possibilitar a construção de alguns ferramentais analíticos para examinarmos a emergência do aluno trabalhador no Brasil como um posicionamento também político em tempos em que a educação de adultos vem sendo tão atacada.

REFERÊNCIAS

CALIXTO, Claudia Ribeiro; AQUINO, Júlio Groppa. Empreendedorismo e racionalidade pedagógica moderna: imbricações. **Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 434-444, set./dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

BRASIL. Decreto-lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

BRASIL. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Disponível em: <<http://www.crprj.org.br/legislacao/documentos/decreto1997-2208.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm>. Acesso em: 11 mar. 2014.

BRASIL. Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm>. Acesso em: 23 abr. 2014.

COSTA, Sylvio de Souza Gadelha. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre/RS, v. 34, n. 2, p. 171-186, mai/ago 2009.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, T. T. **Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu**. Petrópolis: Vozes, 1998.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. v. III. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

VARELA, Julia. Categorias espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Escola básica na virada do século**: cultura, política e currículo. São Paulo: Cortez, 1999.